

## Nas tramas do poder local: a família de Francisco de Oliveira Porto e a Câmara Municipal de Rio Pardo, Província do Rio Grande de São Pedro - 1811/1830\*

In the plots of the local powder: the family of Francisco de Oliveira Porto and the town council of Rio Pardo, province of Rio Grande de São Pedro – 1811/1830.

Ricardo Schmachtenberg\*

**Resumo:** A partir das últimas décadas tem-se ampliado os estudos sobre família e principalmente sobre sua relação com algumas instituições, dentre elas as câmaras municipais. É nessas instituições que algumas famílias, ao longo do período colonial e imperial brasileiro, dominaram o cenário político e monopolizaram os principais cargos da câmara municipal. Além disso, a formalização de redes e relações entre diferentes famílias configuraram ainda mais esse cenário, onde as famílias, a partir de alianças, especialmente matrimoniais, se consolidaram entre as principais integrantes desse importante órgão administrativo brasileiro durante o período colonial e imperial. Esse artigo procura analisar a relação e as redes que existiram em torno da família do negociante Francisco de Oliveira Porto e a Câmara Municipal de Rio Pardo no período de 1811 a 1830.

**Palavras-chaves:** família, redes, estratégias.

**Abstract:** From the last decades has expanded the studies about the family, and mainly, about his relation with some institutions, among them the town councils. It´s in these institutions that some families, along the colonial and imperial brazilian period, dominated the politic scenario and monopolized the main functions of the town council. Furthermore, the formalization of nets and relations between different families configured further this scenario, where the families, from alliances,

---

\* Este texto é parte integrante de minha tese de doutorado intitulada "A ARTE DE GOVERNAR: redes de poder e relações familiares entre os juizes almotacés na Câmara Municipal de Rio Pardo, 1811 – c. 1830", defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos/RS.

\* Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e Professor de História da Rede Municipal e Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul.

especially matrimonial, was consolidated between the main members of this important administrative Brazilian body during the colonial and imperial period. This article tries to analyze the relation and the nets that existed around the family of the dealer Francisco de Oliveira Porto and the town council of Rio Pardo in the period from 1811 to 1830.

**Keywords:** families, nets, strategies.

### **História da família: algumas considerações**

As últimas décadas têm referendado, a partir de uma perspectiva histórica, alicerçado a contribuição teórico-metodológica de áreas como a micro-história, a demografia histórica e a estudos prosopográficos, procurando desenvolver um diálogo fortuito e importante com as Ciências Sociais, especialmente da Antropologia e da Sociologia, para a importância do estudo da família, das redes sociais em torno dela e das relações familiares para a compreensão da sociedade brasileira, possibilitando o surgimento de novos problemas e abordagens, deixando para trás uma análise puramente genealógica das famílias.<sup>1</sup>

Assim, ampliaram-se os estudos sobre a família, passando a vigorar também uma análise sobre as trajetórias individuais e o comportamento social de seus integrantes, bem como, permitiu-se avançar e analisar as estratégias, redes e relações familiares como importante meio de conservação de poder, riqueza, *status*. Nesse sentido, alia-se os conceitos de família e suas estratégias ao conceito de redes sociais, oferecendo ao pesquisador um rico e importante universo de objetos a ser explorado, se valendo de fontes como inventários *post-mortem*, testamentos, processos criminais, escrituras de dote, registros paroquiais, produzidas por instituições laicas e eclesiásticas. Desta maneira, o historiador passa a dispor de elementos fundamentais para o estudo das relações entre os indivíduos e famílias, operacionalizada a partir de conceitos como redes, relações, constituídas através de vínculos de várias naturezas como consanguinidade, aliança ou afinidade.

---

<sup>1</sup> Podemos acrescentar um trabalho muito importante, dentro dessa ótica da demografia histórica, da historiadora Ana Silvia Volpi Scott, onde ela faz uma análise das famílias, das formas de união e da reprodução social da Freguesia de São Tiago de Ronfe, a partir do cruzamento nominativo das fontes. A autora procura contextualizar a sua análise em termos analíticos, colocando ao centro de sua problemática a questão dos regimes demográficos do Antigo Regime europeu e dos comportamentos familiares que lhes estavam associados. (SCOTT, 1999).

Por conta disso, as abordagens microanalíticas têm possibilitado ao historiador uma análise mais de “carne e osso” das trajetórias individuais e familiares, se valendo do conceito de rede social, muito profícuo para a compreensão da sociedade brasileira. Nesse sentido, o estudo do micro de problemas gerais permitiu a formulação de novas perguntas e a obtenção de novas respostas. Cabe ressaltar que, ao longo do período colonial até o final do século XIX, a família continuou exercendo o papel central na sociedade, independentemente da posição social que o grupo ocupava. A partir disso, a análise do micro acenou para uma ampliação das redes e relações entre indivíduos e as famílias, não ficando somente no âmbito do parentesco biológico, mas também através de laços baseados em alianças matrimoniais, relações do compadrio, o que pressupõem que o que estava em jogo e em primeiro lugar era o interesse coletivo do grupo.

Nesse sentido, esse estudo parte do individual e de sua trajetória para o familiar e por consequência, para a formação das redes sociais e de poder e das relações familiares, principalmente através do matrimônio. Como bem especifica Jacques Revel

“A escolha do individual não é considerada contraditória com a do social: torna possível uma abordagem diferente deste último. Sobretudo, permite destacar, ao longo de um destino específico – o destino de um homem, de uma comunidade, de uma obra –, a complexa rede de relações, a multiplicidade dos espaços e dos termos nos quais se inscreve” (REVEL, 2000, p. 17).

Ao estabelecer um tipo de vínculo, mas que não se esgota no casamento, o matrimônio assumiu um papel fundamental e de muita importância para a sociedade, visto que podemos considerá-lo como “o momento em que se tornam plenamente visíveis as estratégias mais complexas de reprodução e preservação do *status* familiar” (BACELLAR, 1997, p. 60). Partindo desse pressuposto, podemos considerar que o casamento se tornou um “negócio” entre as famílias: vínculos de aliança, de consanguinidade, de parentesco espiritual e de parentela, foram determinantes para a reprodução social do grupo familiar, ou seja, independentemente da categoria social, o casamento “é um ato profundamente submisso a imperativos de ordem social, econômica e cultural que o direcionam em qualquer comunidade... o casamento ou a união consensual era, antes de tudo, o melhor caminho para se garantir condições mínimas de sobrevivência” (BACELLAR, 2001, p. 73). Em outras

palavras, por um processo análogo é possível reconstituir as estratégias matrimoniais de famílias aliadas e afins e, para tanto, o fio condutor para a (re)constituição dessas famílias é o nome (GINZBURG, 1991, p. 174-175).

Sendo assim, família, rede e poder constituem um importante e privilegiado conjunto de pesquisa, as suas relações, suas estratégias como forma de se inserirem e de se manterem no seio das melhores famílias e com isso ingressar num restrito círculo das elites. Entretanto, “o poder de tal grupo não era automático e nem dado por direito divino, ou seja, ele pressupunha legitimidade social” (FRAGOSO, 2006, p. 31). Além disso, era importante para as famílias a ocupação de espaços no cenário políticoadministrativo, seja nos níveis local, regional e até mesmo nacional, tanto na colônia quanto no Brasil imperial. Em outras palavras, se estreita a relação entre as famílias e as instituições de poder local, mas especificamente, as câmaras municipais.

Ocupar um lugar nessa instituição representava ao indivíduo e a própria família respeitabilidade perante a sociedade local, *status* e o privilégio de estabelecer relações com as melhores famílias locais, especialmente para aqueles indivíduos que vinham de fora. Para as famílias da elite, as estratégias<sup>2</sup> adotadas seguiam um jogo de interesses que privilegiava a preservação e/ou ampliação do status e patrimônio, alterando alianças motivadas por interesses políticos e econômicos, mediante casamentos endogâmicos e exogâmicos (MARTINS, 2007, p. 424). Nesse sentido, Mariana Muaze defende a ideia de que “a política de casamentos era um artifício importante para garantir a permanência do grupo familiar no seio das melhores famílias” (MUAZE, 2008, p. 32).

Daí a necessidade de estudos que articulem as instituições locais, nomeadamente as câmaras municipais, com os indivíduos e suas respectivas famílias, formando um complexo jogo de redes e relações de poder, gerando a partir disso relações de mando, mecanismos que demonstravam a força e o prestígio das famílias na sociedade local. Nesse sentido, esses comportamentos estão inseridos em um conjunto de estratégias vinculados a uma complexa “rede formal das relações de consanguinidade ou de aliança, que tinha um papel igualmente importante na complexa estratégia das escolhas, das exclusões e das integrações que tornavam o organismo familiar mais elástico” (LEVI, 2000, p. 96).

---

<sup>2</sup> Definimos o termo “estratégia” como um conjunto de práticas e comportamentos que permitem alcançar ou chegar a uma posição de privilégio como resultado de um esforço realizado. São habilidades postas em prática, seja de forma individual, seja através de um grupo familiar para alcançar ou manter um *status* social, político e também econômico (Zúñiga. Apud. VIVÓ, 2009, p. 265-266).

## **A Câmara Municipal de Rio Pardo**

Os estudos sobre as câmaras municipais e seus integrantes são algo recente para a historiografia do Rio Grande do Sul. Estudos como de Fábio Kühn e Adriano Comissoli sobre as câmaras municipais de Viamão e Porto Alegre são importantes e referências em estudos sobre as câmaras municipais no período colonial brasileiro (KÜHN, 2006; COMISSOLI, 2008). Embora a colonização de Rio Pardo tenha iniciado por volta da metade do século XVIII quando da instalação do forte Jesus, Maria, José, com a intenção de proteger o território português, hoje pertencente ao atual Estado do Rio Grande do Sul, dos ataques espanhóis, a instalação de sua câmara ocorreu somente no século XIX.

Nos anos iniciais da colonização, o povoado recebeu um contingente maior de soldados, assim como várias famílias de colonizadores lusitanos. A partir de então, o núcleo urbano passou a se desenvolver nas imediações da fortaleza, com a construção de vários sobrados e estabelecimentos comerciais. A sua localização geográfica, as margens do rio Jacuí, possibilitaram, já no início do século XIX, a transformação de Rio Pardo num importante entreposto comercial ligado Porto Alegre as regiões da fronteira oeste da Província do Rio Grande de São Pedro. Em 1809 o povoado foi elevado à condição de vila, porém a instalação da câmara municipal e do pelourinho, bem como a eleição dos primeiros oficiais camarários ocorreu somente em 1811.

Em 20 de maio de 1811, a câmara municipal é criada e a Vila de Rio Pardo oficialmente instalada. Em seguida foi realizada a eleição dos indivíduos que ocupariam o cargo de eleitor e, estes por sua vez, através do sistema de pelouro, indicaram os nomes daqueles indivíduos que ocupariam os cargos de juiz ordinário, vereador e procurador por um período de três anos. Nesse sentido, a câmara municipal foi composta por dois juízes ordinários, três vereadores, um procurador e demais oficiais camarários.

Entre 1811 a 1830 foram realizadas oito eleições para a escolha dos eleitores e como especificamos anteriormente, eram esses cidadãos quem indicavam os nomes daqueles que iriam ocupar os principais cargos da câmara. O exercício dos cargos camarários colocava os indivíduos entre os “homens bons” da vila e, nesse sentido, o mesmo conquistaria seu grau de enobrecimento a partir dos cargos ocupados por ele. Portanto, fazer parte do rol de eleitores e dos principais cargos da câmara era um

indicativo de prestígio, *status* e representatividade política perante a sociedade local. A partir dos livros de atas e do livro de eleições da Câmara Municipal de Rio Pardo, foi possível perceber que alguns indivíduos exerceram mais de um cargo na câmara, bem como exerceram mais de um mandato por cargo. Porém, outros indivíduos nunca exerceram nenhum cargo na câmara municipal, mas ocuparam uma posição estratégica e de poder para os integrantes de seus laços familiares. Um desses indivíduos foi o negociante Francisco de Oliveira Porto.

### **A família de Francisco de Oliveira Porto: redes de poder, estratégia matrimonial, familiar e as relações com a câmara municipal**

Apesar de não ter exercido nenhum ofício camarário na Vila de Rio Pardo durante o período analisado, Francisco de Oliveira Porto conseguiu reunir em torno de sua pessoa uma rede de indivíduos, todos eles ligados por laços de parentesco, que ocuparam importantes cargos na administração municipal de Rio Pardo. Esse “cidadão” rio-pardense, natural do Porto, chegara à Vila de Rio Pardo por volta das últimas décadas do século XVIII e se tornou um dos mais importantes comerciantes e negociantes da localidade, com grande prestígio adquirido na Praça Comercial do Rio de Janeiro. Era proprietário de dois estabelecimentos comerciais, sendo que um vendia as mercadorias pelo varejo e outro negociava pelo atacado, revendendo e abastecendo outros estabelecimentos comerciais da vila (SOUZA, 1998, p. 80).<sup>3</sup>

Além disso, Francisco de Oliveira Porto era agente mercantil, com forte e importante ligação comercial com a cidade do Rio de Janeiro onde, entre outros bens e gêneros comercializados, estavam também escravos. Em 1790 enviou 23 escravos para Porto Alegre e três anos mais tarde, em 1793, outros cinco cativos para a Vila do Rio Grande. Esse cidadão tinha entre seus bens duas propriedades rurais avaliadas em 23:090\$000 réis, 31 escravos distribuídos nas duas propriedades avaliados em 7:186\$400 réis. Nessas propriedades possuía também ferramentas e equipamentos agrícolas, como fábrica de farinha e carretas, animais avaliados em 18:814\$400 réis, sendo que desse total, 16:800\$000 réis correspondiam a 5600 “reses de rodeio” (BERUTE, 2006, p. 138).

---

<sup>3</sup> A venda a varejo se dava diretamente para os consumidores e a venda por atacado, as mercadorias eram vendidas para outros estabelecimentos comerciais e estes revendiam para a população.

Portanto, parece-nos visível que Francisco de Oliveira Porto era um homem muito abastado e, além dessa rede comercial que mantinha com o Rio de Janeiro, tinha várias sociedades também comerciais na Vila de Rio Pardo e, como veremos a seguir, o fato de não exercer cargo na câmara municipal não o afastou das redes e relações políticas que governaram a Vila de Rio Pardo no período estudado, de 1811 a 1830, ou seja, podemos creditar a ele um importante papel e uma forte influência no poder local, principalmente se conectando a redes e alianças familiares. A inserção de Francisco de Oliveira Porto na sociedade local iniciou quando ele contraiu matrimônio com Maria Francisca de Oliveira, filha de Simão Marques e Angélica Rosa, natural de Rio Pardo. Portanto, mais um reinol que se casa com uma moça da terra. Nesse sentido, a vinda desse reinol, assim como outros, e seu acolhimento dentro da comunidade mercantil sul-riograndense demonstra a existência de um fluxo migratório ativo.

Essa mobilidade geográfica, iniciada por Francisco de Oliveira Porto, será uma característica constante na sua família, principalmente, envolvendo as relações matrimoniais de suas filhas. Como veremos, sua família estará “recheada” de estrangeiros. Esses indivíduos emigraram para a América Portuguesa e depois Império do Brasil ainda solteiros e contraíram matrimônio na nova terra. Assim, seus laços se transformaram em importantes mecanismos na formação e constituição de redes e relações familiares. Do primeiro matrimônio de Francisco de Oliveira Porto, houve sete filhos, três homens e quatro mulheres. Ele ainda iria se casar mais duas vezes. No entanto, ficaremos somente com os filhos e as filhas do primeiro casamento por que são esses, principalmente as filhas, os elos com os estrangeiros e ocupantes de cargos na câmara municipal. Ainda salientamos que outros dois filhos do seu primeiro casamento também foram nomeados para cargos na instituição camarária. Esse caso é interessante para examinarmos as diferentes estratégias adotadas por Francisco de Oliveira Porto para com suas filhas e seus filhos.

Nesse sentido, passamos a analisar as relações, estratégias e redes que estiveram presentes entre os membros da elite local, concentrados na figura de Francisco de Oliveira Porto e sua ligação com os cargos e oficiais camarários. Esse importante e destacado negociante mantinha uma sociedade comercial estabelecida por contrato, com duração de três anos, com dois comerciantes em Rio Pardo: João Pereira Monteiro e Alexandre de Abreu Valle. Apesar da desigualdade financeira dos sócios, Alexandre de Abreu Valle era o que menos tinha investido dinheiro, no

contrato estabelecido entre eles, os ganhos e prejuízos seriam repartidos de forma igualitária. Francisco de Oliveira Porto fazia o papel de abonador na sociedade (SOUZA, 1998, p. 123).

João Pereira Monteiro, reinol, foi juiz almotacé, eleitor da câmara e capitão do Terço de Ordenanças. Alexandre de Abreu Valle também foi integrante da almotaçaria e procurador da câmara. Portanto, ambos foram oficiais camarários e possuíam lojas onde comercializavam a varejo. Por outro lado, Francisco de Oliveira Porto possuía um estabelecimento comercial onde vendia a varejo e outro onde vendia por atacado. Isso revela que a conexão que irá compor essa rede esta centrada na questão comercial e os laços matrimoniais serviu para consolidar e ampliar esses interesses. São estratégias que sinalizam para um conjunto de objetivos comuns aos integrantes da rede. Nesse sentido, compartilham interesses econômicos e políticos, articulados através das alianças matrimoniais.

Essa aliança familiar se fortaleceu ainda mais através da sociedade comercial estabelecida entre esses três indivíduos no ano de mil oitocentos e treze, mas o que nos interessa, além da formação dessa sociedade e do fortalecimento dos laços, foi às estratégias adotadas pelos oficiais camarários e os benefícios que adquiriram com a formação dessa aliança e as estratégias do próprio Francisco de Oliveira Porto. Ambos os oficiais, João Pereira Monteiro e Alexandre de Abreu Valle, contraíram matrimônio com as filhas do referido comerciante e negociante. Após seus casamentos, foram nomeados e eleitos para ocuparem cargos na câmara municipal, ou seja, para esses novos comerciantes, naturais de Portugal, a formação dessa aliança deu respaldo e possibilitou o seus ingressos na instituição responsável pela administração local. Para Francisco de Oliveira Porto, o fato de casar suas filhas com comerciantes poderia ampliar sua rede de negócios e seu cabedal econômico, simbólico e, por que não dizer, político.

João Pereira Monteiro, natural do Porto, casou-se no dia quatro de fevereiro de mil oitocentos e nove com Angélica Rosa de Oliveira. O casamento teve como testemunha, José Maria da Silveira Peixoto e Manoel Luis da Cunha.<sup>4</sup> O casal teve sete filhos e destes, três filhos foram batizados e apadrinhados por indivíduos que foram comerciantes e camaristas na Vila de Rio Pardo, pertencentes à elite local e,

---

<sup>4</sup> Paróquia Nossa Senhora do Rosário. Rio Pardo. Registros de Casamentos. Livro 2B – 1793 – 1809. F292v. Porto Alegre: AHCMPA. Em relação às testemunhas, das duas, temos apenas registros de uma delas. Manoel Luis da Cunha era natural de Braga e mantinha um estabelecimento comercial em sua propriedade rural. Foi juiz almotacé e camarista.



que faziam parte, da teia relacional de Francisco de Oliveira Porto. O primeiro filho, Antônio, teve como padrinho e madrinha o guarda-mor e comerciante Manoel Pedrozo de Albuquerque e sua mulher; a segunda filha, Francisca, foi apadrinhada pelo guarda-mor e comerciante Manoel Antônio Pereira Guimarães e sua mulher; e a terceira filha, Florinda, por Manoel Alves de Oliveira, sendo a madrinha Dona Florinda Paula de Macedo (SOUZA, 1998, p. 176).

Percebe-se que as alianças foram articuladas estrategicamente e especialmente na escolha dos padrinhos, optando-se por indivíduos que pertenciam à elite local, que possuíam prestígio econômico e político, que dispunham de recursos, gerando reciprocidade entre indivíduos que possuíam igual ou superior condição social. Fica claro nessa relação, que os padrinhos eram homens eminentes na sociedade rio-pardense e, nesse sentido, “a função do compadrio para as elites seria reforçar as alianças existentes” (KÜHN, 2006, p. 231) e, ao mesmo tempo, proteger as relações. Sheila de Castro Faria, ao se referir à escolha dos padrinhos, afirma que:

“...nada mais lógico que escolher padrinhos entre os que estivessem ainda mais bem situados, tanto em termos econômicos quanto de prestígio. Mesmo sendo este o significado do compadrio para sociedades católicas, havia ganhos materiais para além do sentido espiritual...se por um lado, o sentido do compadrio parece indicar uma tentativa de alguns estabelecer alianças vantajosas tanto no plano material quanto espiritual, por outro, referendava o prestígio econômico de um indivíduo (e/ou de sua família) a quantidade de vezes em que foi padrinho” (FARIA, 1998, p. 215-216).

Nesse caso de compadrio,<sup>5</sup> as relações se tornaram ainda mais intensas, pois estavam vinculados a laços de parentesco fictício/espiritual para o resto da vida. A partir disso, “é possível afirmar que o compadrio consistia em um dos elementos de estruturação das redes sociais que organizavam a vida cotidiana” (SCOTT, 2009, p. 27). Podemos acrescentar também, que essas relações sociais de compadrio serviam para atender a interesses de natureza diversa, certamente teriam peso em outras situações como o acesso aos cargos da câmara ou no recebimento de mercês e, com isso, estabelecer outros vínculos pessoais.

Essas relações de compadrio e alianças espirituais e sociais se fortaleceriam e se interligariam com outra família de Rio Pardo, a Pedrozo Albuquerque, a partir do

---

<sup>5</sup> Nosso estudo não tem como base de dados os assentos de batismo, portanto, as relações de compadrio não serão muito aprofundadas, permitidas somente até onde nossos dados e fontes permitirem.

casamento do filho do comerciante e estancieiro Manoel Pedrozo de Albuquerque, Manoel Pedrozo Barreto de Albuquerque, com a filha do também comerciante, João Pereira Monteiro, Leopoldina Pereira Monteiro. Manoel Pedrozo Barreto de Albuquerque era neto de um importante estancieiro e político em Rio Pardo, João Pedrozo de Albuquerque e de um dos mais prestigiados e importantes políticos da província, o Marechal João de Deus Menna Barreto. Ou seja, são interesses que estão em jogo, são arranjos matrimoniais e estratégias de ação que se formalizaram em torno dessas famílias. Nesse sentido, o casamento poderia significar o “reforço de uma aliança política ou econômica, ou mesmo a criação de uma nova aliança” (BACELLAR, 1997, p. 91).

Outros dois padrinhos dos filhos de João Pereira Monteiro foram Manoel Antônio Pereira Guimarães, um importante comerciante e que ocupou cargos na câmara municipal, era cunhado de Francisco de Oliveira Porto e que acabou se tornando também sogro de João Pereira Monteiro e Manoel Alves de Oliveira, cunhado de João Monteiro, filho de Francisco de Oliveira Porto. Nesse sentido, essas redes e estratégias de compadrio preservaram e ampliaram o *status* social das famílias, fortalecendo ainda mais as relações pessoais entre os comerciantes, assim como, possibilitaram que todos os indivíduos citados nessa rede de compadrio almejassem ocupar cargos importantes na Câmara Municipal de Rio Pardo. Marta Hameister ao analisar as estratégias matrimoniais através dos casamentos endogâmicos e a extensão das redes relacionais através do compadrio em uma comunidade também do sul do país, tentou perceber os ganhos obtidos, as estratégias subjacentes às escolhas que direcionavam as ações e a importância da equidade e da reciprocidade na orientação dessas relações (HAMEISTER, 2006).<sup>6</sup>

O segundo sócio, Alexandre de Abreu Valle, natural de Braga, casou-se no dia sete de janeiro de mil oitocentos e dez com Maria Francisca de Oliveira.<sup>7</sup> Em relação a esse casal, não conseguimos obter informações sobre o número de filhos que tiveram devido à ausência de fontes, porém, as testemunhas desse casamento foram Manoel Pereira de Carvalho e Vicente Venceslau Gomes de Carvalho. A primeira testemunha, Manoel Pereira de Carvalho, também era comerciante e ocupou cargos na câmara municipal. Acreditamos que nesse caso, a escolha da testemunha não tenha sido pinçada aleatoriamente, cumprindo uma mera formalidade, mas por algum motivo

---

<sup>6</sup> Equidade: disposição de reconhecer igualmente o direito de cada um (FERREIRA, 1986, p. 776).

<sup>7</sup> Paróquia Nossa Senhora do Rosário. Rio Pardo. Registros de Casamentos. Livro 3 – 1809 – 1832. F05. Porto Alegre: AHCMPA.

específico, “foram escolhidas cuidadosamente, assumindo a mesma condição social dos noivos” (LOPE, 2011, p. 05).<sup>8</sup>

Em relação à sociedade comercial estabelecida entre os juízes almotacés Alexandre de Abreu Valle e João Pereira Monteiro com Francisco de Oliveira Porto, ela teve seu início depois do casamento de suas filhas com os respectivos genros, demonstrando o jogo de interesses que se conjugava através do matrimônio, isto é, além de promover o prestígio social dos membros da família, em especial, servia para fortalecer ainda mais a sociedade comercial. Portanto, podemos verificar a papel desempenhado pelas filhas na articulação dessa rede, elas se tornaram o elo entre seu pai e os “estrangeiros” e que mais tarde se tornariam oficiais camarários, elas carregavam consigo um patrimônio econômico e, principalmente, um patrimônio social e moral, o nome da família, herdado dos pais, e “que não poderia ser disperso, mas sim acrescido a outro, pelo matrimônio” (BACELLAR, 1997, p. 91).

O capitão e oficial camarário João Pereira Monteiro, após o falecimento de sua primeira esposa, filha de Francisco de Oliveira Porto, casou-se novamente, em vinte e nove de setembro de mil oitocentos e vinte e oito, com Joana Francisca Pereira, filha do guarda-mor e também oficial camarário Manoel Antônio Pereira Guimarães e Francisca Rosa da Conceição.<sup>9</sup> Tanto genro como o sogro foram comerciantes e, como podemos perceber, também foram camaristas na Vila de Rio Pardo. Outro fato aglutinador desse arranjo era que Francisco de Oliveira Porto e Manoel Antônio Pereira Guimarães eram cunhados, suas esposas eram irmãs. Percebe-se novamente que as mulheres foram um importante elo na formação e consolidação de alianças e redes de poder. Além disso, o enlace matrimonial serviu para reforçar a união desses dois importantes setores da sociedade local, a militar e a comercial, ambas fontes de prestígio e ascensão social. Da mesma forma, é possível verificar entre esses laços matrimoniais, o estabelecimento de redes e relações entre iguais, vínculo entre indivíduos pertencentes à elite local rio-pardense, o que reforça ainda mais a ideia de que essas redes tinham por finalidade preservar as alianças existentes, reforçando e protegendo o grupo social a qual pertencia.

O mesmo João Pereira Monteiro também havia contraído uma sociedade comercial com o guarda-mor e oficial camarário Manoel Alves de Oliveira, casado

---

<sup>8</sup> Em relação à segunda testemunha, Vicente Venceslau Gomes de Carvalho, não possuímos nenhum informação a seu respeito, mas podemos levantar a hipótese de que ele também seja um comerciante.

<sup>9</sup> Paróquia Nossa Senhora do Rosário. Rio Pardo. Registros de Casamentos. Livro 3 – 1809 – 1832. F232. Porto Alegre: AHCMPA.

com Cândida Rosa de Macedo. Essa aliança econômica, estrategicamente, viria a fortalecer ainda mais o grupo familiar e a própria classe mercantil, visto que Manoel Alves de Oliveira também era estancieiro e filho de Francisco de Oliveira Porto e, cunhado e padrinho de uma das filhas de João Pereira Monteiro. Em sua propriedade, Manoel Alves de Oliveira mantinha uma pequena criação de animais e uma tafona para fabricar farinha de mandioca. Possuía também outras benfeitorias na Vila de Rio Pardo (SOUZA, 1998, p. 180). Portanto, se fortalecia a unidade familiar, alcançando prestígio não só para a família, mas também para seus integrantes, que faziam parte do grupo dos “homens bons” da câmara municipal.

Haveria ainda outra sociedade comercial envolvendo o nome da família Oliveira Porto. O pai, Francisco de Oliveira Porto mantinha uma sociedade comercial com seu filho, Vicente Alves de Oliveira, nomeado oficial da câmara municipal e casado com Anna Roza da Encarnação, ambos naturais de Rio Pardo, filha do capitão Manoel José Machado e Maria Antônia da Encarnação.<sup>10</sup> Contudo, essa sociedade terminou sem sucesso, sendo encerrada porque Vicente Alves de Oliveira não conseguiu mantê-la financeiramente e acabou sendo declarado falido. No processo de execução da dívida contraída por Vicente Alves de Oliveira, seu pai argumentava que:

“...teve Sociedade com (ele)...a que foi justa de modo mais acomodado ao alcance em que se achou o dito seu filho em resultado que lhe passou um crédito de 3:710\$000 réis ficando obrigado a dar uma conta das dívidas existentes pertencentes a Sociedade e a ele em consequencia de tudo procurar o suplicante os meios que competem as pessoas de crédito e boa fé, isto por se achar o suplicante obrigado como fiador a mais de 6:000\$000 réis em que o abonou...” (SOUZA, 1998, p. 180).

Vicente não conseguiu administrar seus negócios e sua dívida chegou a soma de 11:528\$353 réis. Apesar de seu pai ser o responsável e abonador de suas dívidas, teve seus bens penhorados e arrematados. O valor total dos bens era de 3:704\$450 réis e, 32,5% desse valor ou 1:203\$255 réis, estavam pendentes de ações judiciais de cobrança. Mesmo contando com o apoio do pai, que era um abonado comerciante, isso não foi suficiente para o sucesso comercial de Vicente e da própria sociedade (SOUZA, 1998, p. 181). Portanto, a falência, a ineficiência nos negócios e o descrédito de um dos lados da sociedade mostram que nem todas as redes convergiam

---

<sup>10</sup> Paróquia Nossa Senhora do Rosário. Rio Pardo. Registros de Casamentos. Livro 3 – 1809 – 1832. F59. Porto Alegre: AHCMPA.

positivamente e, nesse caso, a sociedade comercial constituída entre pai e filho demonstrou-se instável e ineficaz aos níveis de prosperidade e lucratividade. Portanto, nem toda aliança familiar resultava em certos lucros, em ampliar a condição social e econômica dos membros da família. Consequentemente, isso acarretava em ônus para os membros da sociedade e no caso específico, para Francisco de Oliveira Porto.

As relações e as redes que Francisco de Oliveira Porto manteve com os oficiais camarários não ficariam somente nos casos acima mencionados. Suas relações e redes ocorreram com outros dois oficiais que também contraíram matrimônio com duas de suas filhas. Novamente percebemos o papel da noiva nesse contexto e nessa rede, ou seja, contrair núpcias com indivíduos que tenham cabedal e que possam reproduzir e ampliar as teias familiares e de negócios de Francisco de Oliveira Porto. Para os noivos, que eram “estrangeiros”, era um mecanismo e uma estratégia de se inserir na sociedade local, obter sucesso considerável ao efetivar matrimônios com jovens herdeiras.

Antônio de Macedo casou-se em vinte e um de abril de mil oitocentos e quatorze com Tereza Maria de Jesus. Antônio, natural de Coimbra, foi juiz almotacé em 1828. Foram testemunhas desse casamento, José Francisco Duarte, comerciante e oficial camarário e Vicente Alves de Oliveira, também comerciante, camarista e irmão da noiva.<sup>11</sup> Novamente, percebe-se que as testemunhas não foram escolhidas por acaso. Isso nos trás pistas de que as testemunhas também tiveram um papel importante, não só simbólico, no momento do matrimônio. A formação de uma nova rede familiar e social entre os envolvidos pode ser uma. (FREITAS, 2011). Outra possibilidade pode estar vinculado ao fato de que existia o desejo dos noivos e das testemunhas em “estabelecer laços espirituais e sociais que, deveriam ser responsáveis pela criação ou cristalização de importantes relações e estratégias” (LOPE, 2011, p. 06).

Outro reinol, Venâncio José Chaves, contraiu matrimônio com Joaquina Francisca de Oliveira em seis de novembro de mil oitocentos de dezessete. As testemunhas desse casamento foram Manoel José Machado e João Ignácio de Oliveira.<sup>12</sup> A primeira testemunha, o capitão Manoel José Machado, casou sua filha

---

<sup>11</sup> Devido à ausência de fontes, não possuímos informações sobre a ocupação desse juiz.

<sup>12</sup> Paróquia Nossa Senhora do Rosário. Rio Pardo. Registros de Casamentos. Livro 3 – 1809 – 1832. F59. Paróquia Nossa Senhora do Rosário. Rio Pardo. Registros de Casamentos. Livro 3 – 1809 – 1832.

Anna Rosa da Encarnação com Vicente Alves de Oliveira, irmão da noiva e filho de Francisco de Oliveira Porto. Portanto, as testemunhas, estrategicamente, estreitam laços de dependência social e econômica, abrindo caminho para a inserção dos noivos em uma rede social. Venâncio José Chaves era natural de Lisboa e, na Vila de Rio Pardo, foi negociante e oficial da câmara municipal. O casal teve dois filhos, mas ambos faleceram, ficando sua esposa única herdeira e beneficiária dos seus bens. Para esses reinóis, o matrimônio com a filha de uma família prestigiada era uma maneira de se integrarem a comunidade e conseqüentemente poderiam se inserir nas redes comerciais que estavam se constituindo na região.

Percebemos, portanto, que a escolha dos cônjuges para as filhas de Francisco de Oliveira Porto, principalmente aqueles que ocuparam cargos na Câmara Municipal de Rio Pardo, sofreu a influência de “todo um grande espectro de fatores a se interagirem mutuamente” (BACELLAR, 1997, p. 99). A localização geográfica e comercial da Vila de Rio Pardo, a ocupação e o povoamento da porção sul do Brasil, a preocupação por parte da coroa portuguesa em defender seu território, são algumas das variáveis e hipóteses para a vinda desses portugueses para Rio Pardo e conseqüentemente, encontraram aqui, um local perfeito para contrair núpcias com jovens ricas e de famílias de elite, incluindo as filhas de “seu” Francisco. Além disso, parece-nos que as testemunhas também tiveram um importante papel aglutinador desse grupo familiar, tendo uma função “agregadora e de socialização” (LOPE, 2011, p. 13).

Por que nos debruçarmos sobre a figura de Francisco de Oliveira Porto e de sua própria família, visto que ele nunca ocupara nenhum cargo na câmara municipal? A principal razão está no fato de que ao longo da década de 1820, pelo menos um membro de sua família ou parentela, assumiu algum cargo na câmara municipal, seja de primeiro ou segundo escalão.<sup>13</sup> É, portanto, certo que o círculo das alianças matrimoniais que Francisco de Oliveira Porto mantinha possuía um estreito vínculo com os centros de decisão política na Câmara Municipal de Rio Pardo. Além disso, vale lembrar as sociedades comerciais que ele manteve durante este período, seja com o filho ou com seus genros. É possível conjecturar que ele buscasse manter um

---

F96. Porto Alegre: AHCMPA. Não possuímos informações sobre a segunda testemunha, João Ignácio de Oliveira.

<sup>13</sup> Os cargos de primeiro escalão era o de juiz ordinário, vereador e procurador. Já os cargos de segundo escalão era o de almotacé, escrivão, tesoureiro, entre outros.

papel de destaque através de alianças com famílias e indivíduos de prestígio, integrantes da elite social de Rio Pardo.

Para isso, se utilizou não só de seu prestígio e de sua riqueza material, mas também de sua riqueza imaterial, do poder que seu nome tinha na sociedade local.<sup>14</sup> Giovanni Levi, ao analisar a região do Piemonte italiano, utiliza os nomes dos indivíduos para recompor os destinos de uma família e de uma comunidade. Realiza intrigante estudo da história da família, ao perseguir a história de uma comunidade e perceber suas escolhas na transmissão de *status* ao longo das linhagens entrecruzadas (LEVI, 2000). Portanto, se tornou ponderável e importante considerar a trajetória desse personagem na economia e na dinâmica de formação de redes que se configuraram em torno dele ao longo das primeiras décadas do século XIX em Rio Pardo. O nome desse indivíduo representou, para a sociedade local, respeitabilidade e, nesse sentido, adquiriu um significado e uma conotação muito importante, que incorporava propriedades, famílias, mercês; incorpora a história pessoal e nesse caso, a história familiar. “O nome passa a ser, tanto quanto os bens materiais, um patrimônio familiar” (HAMEISTER, 2006, p. 115).

Como já salientamos, Rio Pardo era rota comercial com outras áreas da Capitania/Província do Rio Grande de São Pedro e muitas das mercadorias que chegavam à vila eram oriundas do Rio de Janeiro. Um dos negociantes que fazia esse comércio de grosso trato era justamente Francisco de Oliveira Porto. Nesse sentido, a atividade comercial em Rio Pardo serviu para notabilizar alguns comerciantes, entre eles Francisco de Oliveira Porto. Porém, não era todo o comerciante que se notabilizava. Não bastava ser um comerciante de retalhos ou um negociante de pequeno trato, “os grandes homens de comércio mesclavam diferentes ramos de comércio. Possuíam lojas, tornaram-se financiadores de comerciantes de pequeno porte e volantes, misturando o capital mercantil ao usuário” (FURTADO, 2006, p. 240). Nesse sentido, o grupo de comerciantes que fez parte da rede familiar de Francisco de Oliveira Porto se notabilizou a ocupar os principais cargos da Câmara Municipal de Rio Pardo e fazer parte da elite local. Assim, fica evidente que as redes e relações sociais que se articularam em torno de Francisco de Oliveira Porto serviram para fortalecer os laços mercantis, compartilhados numa estratégia que não ficou

---

<sup>14</sup> Segundo Hameister, “o nome dos agentes sociais perderá, toda a sua inocência, sendo visto como estratégia social de grupos e famílias no processo de conquista e povoamento do território meridional da América Lusa” (HAMEISTER, 2006, p. 81).

somente na questão econômica, mas sim atingiu também contornos e vínculos com a Câmara Municipal de Rio Pardo.

Portanto, para a família de Francisco de Oliveira Porto, parece-nos que a formação de redes e a própria constituição de um bando social configurou-se como um mecanismo de identificação dos indivíduos pertencentes a esse bando como membros integrantes da elite local, centrada na figura dos comerciantes. Dessa forma, é possível perceber que as redes familiares e de negócios se entrecruzaram, fazendo com que os laços de sangue e matrimônio tivessem papel decisivo também na esfera comercial. Vale lembrar que Francisco de Oliveira Porto se utilizou de outra estratégia: a ocupação de postos na governança por parte de seus filhos e genros para defender e garantir os interesses da família.

Nesse sentido, ao analisarmos essa família e seu papel em Rio Pardo, no contexto do Brasil colonial e imperial, enfrentamos um problema a ser respondido: que tipo de família era essa? Nesse modelo de organização familiar, a família foi multiplicada por uma política de casamentos que transformava em parentes os membros da família recém chegada. Paralelamente, estabeleceram-se alianças entre os poderes locais, laços de solidariedade e reciprocidade, relações de compadrio e com as testemunhas dos matrimônios, fortalecendo ainda mais o domínio político da família patriarcal na Vila de Rio Pardo nas primeiras décadas do século XIX.

## Referências Bibliográficas

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. ***Os senhores da terra: família e sistema sucessório de engenho do Oeste paulista, 1765-1855***. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. ***Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX***. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001.

BERUTE, Gabriel Santos. ***Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790- c. 1825***. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2006.

COMISSOLI, Adriano. ***Os "homens bons" e a Câmara Municipal de Porto Alegre (1767-1808)***. Porto Alegre: Coleção Teses e Dissertações, vol. 1, Câmara Municipal de Porto Alegre, 2008.

FARIA, Sheila de Castro. ***A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial***. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.



- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FREITAS, Denize Terezinha Leal. **O casamento na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre: a população livre e suas relações matrimoniais de 1772-1835**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2011.
- FURTADO, Júnia Ferreira. **Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas Setecentistas**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.
- FRAGOSO, João. Alternativas metodológicas para a história econômica e social: micro-história italiana, Frederick Bratthe a história econômica colonial. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro (Orgs.). **Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.
- GINZBURG, Carlo. O nome e o como: Troca desigual e mercado historiográfico. GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: DIFEL, 1991.
- HAMEISTER, Marta. **Para dar calor à nova povoação: estudo sobre as estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763)**. Tese do Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2006.
- KÜHN, Fábio. **Gente da Fronteira: Família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, 2006.
- LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LOPE, Janaina Christina Perrayon. Enlaces e redes: as testemunhas de casamento e a sociabilidade africana a partir dos registros matrimoniais da Freguesia da Candelária na primeira metade do séc. XIX. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. ANPUH, São Paulo, julho 2011.
- MARTINS, Maria Fernanda. Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX. In: FRAGOSO, João Luis Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. (Orgs.). **Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MUAZE, Mariana. **As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- REVEL, Jacques. A história ao rés-do-chão. In: LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SCOTT, Ana Sílvia Volpi. **Famílias, formas de união e reprodução social no Noroeste Português (séculos XVIII e XIX)**. Guimarães: NEPS, Universidade do Minho, 1999.
- SCOTT, Ana Sílvia Volpi. As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil. In: **História: questões e debates**. Curitiba, PR: Ed. UFPR, n. 51, pp. 13-29, jul/dez. 2009.

SOUZA, Sabrina Silva de. **Comerciantes em Rio Pardo-RS: atuações comerciais e relações sociais (1830-1835)**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, RS, 1998.

VIVÓ, Cristina Mazzeo. Os vínculos interfamiliares, sociais e políticos da elite mercantil de Lima no final do período colonial e início da República: estudos de caso, metodologia e fontes. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de., ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. (Orgs.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

**Recebido em Maio de 2013**

**Aprovado em Maio de 2013**